

**HABEAS CORPUS Nº 476.911 - RS (2018/0288788-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : RAFAEL RAPHAELLI - RS032676  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : CRISTIAN DOS SANTOS DUARTE

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de CRISTIAN DOS SANTOS DUARTE contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Consta dos autos que o Juízo da 2ª Vara de Execuções Penais de Porto Alegre/RS deferiu pedido formulado pelo ora paciente, de progressão ao regime aberto, e - na mesma decisão - concedeu prisão domiciliar, nos seguintes termos (e-STJ fl. 112):

*Assim, diante da absoluta falta de vagas, em conformidade com a súmula vinculante nº 56 do STF, defiro a prisão domiciliar ao sentenciado, mediante o cumprimento das seguintes condições:*

Irresignado, o Ministério Público interpôs agravo em execução junto ao TJRS, que deu provimento ao recurso em *decisum* assim ementado (e-STJ fl. 142):

**AGRAVO EM EXECUÇÃO MINISTERIAL - DECISÃO QUE DEFERE PROGRESSÃO AO REGIME ABERTO E PRISÃO DOMICILIAR POR AUSÊNCIA DE VAGAS EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL COMPATÍVEL COM O NOVO REGIME - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DO REQUISITO OBJETIVO - DECISÃO QUE EXIGE O CUMPRIMENTO DE 1/6 DO SALDO DA PENA A CONTAR DO DIES A QUO, AO INVÉS DE 2/5, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, PARÁGRAFO 22, DA LEI nº 8.072/1990 - REITERADA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO SENTIDO DA EXIGÊNCIA DOS PRAZOS INCREMENTADOS TAMBÉM NO CASO DE SEGUNDA PROGRESSÃO - PREENCHIMENTO DO REQUISITO**

*OBJETIVO QUE SE DARÁ APENAS EM 2019, O QUE IMPÕE A REVOGAÇÃO DA PROGRESSÃO - REVOGAÇÃO DA PRISÃO DOMICILIAR QUE CONSTITUI COROLÁRIO LÓGICO IN CASU, À VISTA DA FUNDAMENTAÇÃO DO DECISUM, QUE VAI REVOGADO IN TOTUM, COM DETERMINAÇÃO PARA A REPOSIÇÃO AO STATUS QUO ANTE.*

*Recurso provido.*

Na presente impetração, alega a Defensoria Pública que tal decisão impõe constrangimento ilegal ao paciente, uma vez que o sentenciado preenche integralmente os requisitos objetivo e subjetivo para a progressão ao regime aberto.

Requer, dessa forma, liminarmente, a suspensão - até o julgamento final do presente *mandamus* - dos efeitos do acórdão impugnado, e, no mérito, a cassação do referido *decisum*, restabelecendo-se a decisão de primeiro grau que deferiu o benefício ao paciente.

Indeferido o pleito liminar (e-STJ fls. 161/163), foram prestadas as informações solicitadas (e-STJ fls. 169/225 e 234/258).

É o relatório. **Decido.**

Informações colhidas no endereço eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul dão conta de que o paciente, em 25/4/2019, foi transferido ao regime aberto, momento em que se deferiu a prisão domiciliar.

Assim, com o deferimento da prisão domiciliar ao paciente, perdeu o objeto a presente impetração.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus* (art. 34, XI, do RISTJ).

Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

